

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. **Acionistas:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.s as demonstrações contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, acompanhado do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis. São Paulo, 26 de março de 2018.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

		(Valores expressos em milhares de reais)		
	Notas	2017	2016	
Ativo				
Circulante		103.106	100.267	
Disponibilidades	4	1.111	860	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	11.007	7.004	
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros				
Aplicações em títulos e valores mobiliários	5	5.756	10.682	
Carteira própria		5.756	10.682	
Operações de crédito	6	78.155	74.366	
Setor privado		88.025	84.151	
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)		(9.870)	(9.785)	
Outros valores e bens	7	4.641	4.775	
Bens não de uso próprio		1.281	309	
Despesas antecipadas		1.155	2.171	
Não Circulante		63.964	66.721	
Realizável a longo prazo		63.964	66.721	
Aplicações em títulos e valores mobiliários	4	—	2.452	
Carteira própria		—	2.452	
Operações de crédito	6	53.286	53.306	
Setor privado		56.732	56.553	
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)		(3.446)	(3.244)	
Outros créditos	7	10.398	9.937	
Outros valores e bens	8	280	1.023	
Despesas antecipadas		280	1.023	
Permanente		1.286	980	
Imobilizado de uso		511	450	
Outras imobilizações de uso		1.333	1.153	
(Depreciações acumuladas)		(822)	(703)	
Intangível		775	530	
Ativos intangíveis		1.152	786	
(- Amortização acumulada)		(377)	(256)	
Total do ativo		168.356	167.968	
Passivo				
Circulante		68.174	75.774	
Depósitos	9	7.634	4.024	
Depósitos a prazo		7.634	4.024	
Recursos de aceites e emissão de títulos	9	56.318	67.944	
Recursos de aceites cambiais		56.318	67.944	
Outras obrigações	10	4.222	3.806	
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		118	72	
Sociais e estatutárias		698	444	
Fiscais e previdenciárias		3.406	3.270	
Não Circulante		61.739	57.219	
Exigível a longo prazo		61.739	57.219	
Depósitos	9	12.872	5.041	
Depósitos a prazo		12.872	5.041	
Recursos de aceites e emissão de títulos	9	48.867	52.178	
Recursos de aceites cambiais		48.867	52.178	
Patrimônio líquido	11	38.443	34.975	
Capital		27.500	27.500	
De domiciliados no País		27.500	27.500	
Reservas de Lucros		10.943	7.475	
Total do passivo e patrimônio líquido		168.356	167.968	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Reserva	Capital social			Lucros acumulados	Total
		Legal	Especial de	Reserva		
Saldos em 01 de Janeiro de 2016 (Reapresentado)		27.500	1.183	6.377	—	35.060
Lucro líquido do exercício		—	—	—	3.204	3.204
Destinações						
Dividendos		—	—	(699)	—	(699)
Juros sobre o capital próprio		—	—	(201)	(2.580)	(2.590)
Transferência para reserva especial de lucro		—	201	—	(413)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (Reapresentado)		27.500	1.384	6.091	—	34.975
Saldos em 01 de Janeiro de 2017 (Reapresentado)		27.500	1.384	6.091	—	34.975
Lucro líquido do exercício		—	—	—	6.169	6.169
Destinações						
Juros sobre o capital próprio		—	—	—	(2.701)	(2.701)
Reserva legal		—	—	308	(308)	—
Transferência para reserva especial de lucro		—	—	3.160	(3.160)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2017		27.500	1.692	9.251	—	38.443
Saldos em 01 de Julho de 2017		27.500	1.384	4.717	—	35.775
Lucro líquido do semestre		—	—	—	3.997	3.997
Destinações						
Juros sobre o capital próprio		—	—	—	(1.327)	(1.327)
Reserva legal		—	—	308	(308)	—
Transferência para reserva especial de lucro		—	—	4.534	(4.534)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2017		27.500	1.692	9.251	—	38.443

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2017 e 2016

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição"), tem como objeto a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às sociedades de crédito, financiamento e investimento, bem como a administração de carteira de valores mobiliários.

2. BASE PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que incluem as normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, normatizações do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e Banco Central do Brasil ("BACEN") e da Lei das Sociedades por Ações. Foram adotados, para fins de divulgação, os pronunciamentos, os orientamentos e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelo CMN e pelo BACEN.

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para créditos de liquidação duvidosa com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos, perdas por redução ao valor recuperável - impairment de títulos e valores mobiliários, classificados na categoria como "Títulos disponíveis para venda", ativos não financeiros e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações apresentadas em Real foram convertidas para o milhar, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, houve mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Instituição em 26 de março de 2018. **Reapresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, divulgadas para fins comparativos, estão sendo reapresentadas em virtude do reconhecimento das despesas antecipadas descritas na nota 8b, que anteriormente foram registradas ao longo do prazo dos contratos correspondentes. Os efeitos desse ajuste estão demonstrados a seguir:

	Saldo Anteriormente divulgado	Ajustes	Saldo reapresentado
Ativo Circulante	100.661	(394)	100.267
Outros créditos	2.369	2.406	4.775
Outros valores e bens	9.280	(2.800)	6.480
Demais contas	93.012	—	93.012
Ativo Não Circulante	70.248	(2.547)	67.701
Outros valores e bens	3.570	(2.547)	1.023
Demais contas	66.678	—	66.678
Ativo Total	170.909	(2.941)	167.968
Saldo Anteriormente divulgado	75.774	—	75.774
Passivo Circulante	57.219	—	57.219
Passivo Não Circulante	37.916	(2.941)	34.975
Patrimônio Líquido	27.500	—	27.500
Capital	10.416	(2.941)	7.475
Reservas de Lucros	17.090	—	17.090
Passivo Total e Patrimônio Líquido	170.909	(2.941)	167.968

b) Demonstração do Resultado do Exercício

Resultado Bruto da Intermediação Financeira

Outras Receitas/Despesas Operacionais

Outras despesas administrativas

Demais contas

Resultado Operacional

Resultado Não Operacional

Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro

Imposto de Renda e Contribuição Social

Provisão para imposto de renda

Provisão para contribuição social

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Lucro Líquido do Período

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOADAS

As principais práticas contábeis adotadas para contabilização das operações e elaboração das demonstrações contábeis são:

a) Caixa e equivalentes de caixa: O caixa e os equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, que são utilizados pela Financeira para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e apresentando risco insignificante de mudança de valor justo. **b) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **c) Títulos e valores mobiliários:** De acordo com o estabelecimento da Circular BACEN nº 3.088/2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: **i) Títulos para negociação:** São adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício; **ii) Títulos disponíveis para venda:** São aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento. Os ganhos e perdas não realizados são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sob o título de "ajuste de avaliação patrimonial"; **iii) Títulos mantidos até o vencimento:** São aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. **d) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o nível de risco, considerando-se a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). As operações classificadas como nível C "H" permanecem nessa faixa por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada pela Administração como suficiente, atende aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil. **e) Bens não de uso próprio:** Representados substancialmente por bens recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda ajustados ao valor de mercado quando este for menor que o custo contabilizado, por meio de constituição de provisão para desvalorização. **f) Despesas antecipadas:** As despesas com comissões de intermediação de operações de crédito originadas até 31 de dezembro de 2014 são apropriadas pelo prazo da fluência dos respectivos contratos. Nos casos de liquidação antecipada, baixa para prejuízo ou cessação sem retenção substancial de risco das operações de crédito que originaram as comissões, o montante remanescente da despesa antecipada relacionada a essas operações é reconhecida integralmente no resultado. A partir de 01 de janeiro de 2015, conforme Circular 3.693/2013 do BACEN, as comissões pagas pela origem das operações de créditos, são reconhecidas ao resultado na fração de 1/3 em 2015 e 2/3 em 2016, no ato do registro no ativo, e o saldo restante durante o tempo de duração dos contratos, limitado a 36 meses. Os valores registrados no ativo com base na faculdade prevista no §1º da circular serão amortizados, de forma linear, no prazo de até 36 meses, ou imediatamente, quando da liquidação ou da baixa da respectiva operação. **g) Imobilizado de uso:** O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, líquido das correspondentes depreciações acumuladas, as quais são calculadas pelo método linear de acordo com as seguintes taxas anuais: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; equipamentos de informática e veículos - 20% ao ano. **h) Intangível:** O saldo do intangível corresponde aos gastos com aquisição e desenvolvimento de lógicas (softwares), e está demonstrado ao custo de aquisição, líquido da respectiva amortização acumulada, calculada pelo método linear à taxa anual de 20% ao ano. **i) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment"):** A revisão do valor contábil líquido dos ativos tem o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas deteriorações são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, deve ser constituída uma provisão para provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **j) Depósitos e recursos de aceites cambiais:** As captações pré-fixadas estão atualizadas e demonstradas pelo valor principal, acrescido dos encargos decorridos até as datas dos balanços patrimoniais e as captações pós-fixadas, são atualizadas "pro-rata" dia até as datas dos balanços. **k) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:** A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação tributária. A contribuição social sobre o lucro apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação fiscal em 2015 foi ajustada ao valor de mercado quando este for menor que o custo contabilizado, por meio de constituição de provisão para desvalorização, após a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de 15% para 20%, a partir de setembro de 2015 e os valores foram apurados em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1.591. **l) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059 de 31 de dezembro de 2002 e na Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional que determinam que a Instituição deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e ações decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições: • Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos períodos de 12 meses; • Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro foram constituídos sobre diferenças temporárias relativas à provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, sendo os seus efeitos registrados na rubrica "Outros créditos - diversos" com reflexo no resultado do exercício. Os créditos de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro serão realizados à medida que as diferenças temporárias se tornarem dedutíveis. **m) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** Os passivos contingentes e obrigações legais são avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09 e Carta Circular nº 3.429/10 do Banco Central do Brasil (BACEN). A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Essa avaliação incorpora um alto grau de julgamento e subjetividade, e está sujeita às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. É entendido que as avaliações estão sujeitas às atualizações e/ou alterações. **n) Ativos contingentes:** São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. **o) Passivos contingentes:** São provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os impactos envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis não são apenas divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados. **o) Obrigações legais:** São registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito. **n) Outros ativos e passivos circulantes, realizáveis e exigíveis a longo prazo:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Instituição e seu custo ou valor

puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Instituição possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como realizáveis e exigíveis a longo prazo. **a) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia e calculadas com base no método exponencial. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. **b) Lucro por ação:** é calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital integralizado na data do balanço.

4. COMPOSIÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os componentes de caixa e equivalentes de caixa estão assim demonstrados:

	Exercícios	
	2017	2016
No início do semestre/exercícios	7.964	862
Disponibilidades	960	862
Aplicações em depósitos interfinanceiros (i)	7.004	—
No final do semestre/exercícios	12.118	7.964
Disponibilidades	1.111	960
Aplicações em depósitos interfinanceiros (i)	11.007	7.004
	4.154	7.102

Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalente de caixa

(i) Aplicações com prazos de vencimentos variáveis, remuneradas as taxas praticadas no mercado e são resgatáveis a qualquer momento, e utilizadas para gestão de caixa.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) As aplicações em títulos e valores mobiliários, disponível para venda estão compostas como segue:

	2017	2016
Até 3 meses	—	—
Entre 3 e 12 meses	5.756	5.756
Acima de 12 meses	—	5.756
Total	5.756	11.512

Letra financeira do tesouro - LFT

Cotas de fundos de investimento

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não houve reclassificação de títulos entre categorias.

b) Resultado com títulos e valores mobiliários:

Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Rendas de aplicações em letras financeiras do tesouro

Rendas de aplicações em cotas de fundos de investimentos

Total

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Os valores dos contratos de operações de crédito são representados pelo seu respectivo valor presente, apurado com base nas taxas contratuais de cada contrato.

a. Composição das operações de créditos:

Empréstimos - setor privado

Títulos descontados

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	Expectativa de realização					Total
	2018	2019	2020	2021	2022	
%	18,26%	19,59%	20,03%	20,06%	22,06%	100,00%
IRPJ	1.290	1.384	1.416	1.418	1.559	7.067
CSLL	1.033	1.108	1.132	1.134	1.247	5.654
Valor em 31/12/2017	2.323	2.492	2.548	2.552	2.806	12.721

Em 31 de dezembro de 2017 os valores presentes desses créditos tributários montam a R\$ 10.376, considerando-se a taxa Selic de 7,00% ao ano.

c. Movimentação dos créditos tributários

	Saldos em 31/12/2016		Constituição (Realização)		Saldo em 31/12/2017	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11.219	6.151	(5.724)	—	11.646	—
Provisões para contingências	830	124	(116)	—	838	—
Demais provisões temporárias	107	178	(48)	—	237	—
Total dos créditos tributários	12.156	6.453	(5.888)	—	12.721	—
	Saldos em 31/12/2015		Constituição (Realização)		Saldo em 30/06/2016	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.706	1.513	—	—	11.219	—
Provisões para contingências	867	294	(331)	—	830	—
Demais provisões temporárias	103	202	(198)	—	107	—
Total dos créditos tributários	10.676	2.009	(529)	—	12.156	—

13. RECEITA DE SERVIÇOS

	2º semestre		Exercícios	
	2017	2017	2016	2016
Tarifa de cadastro - Desconto	—	112	240	307
Tarifa de cadastro - Veículos	—	5.981	9.998	9.520
Outros receitas de serviços	—	444	452	252
Total	—	6.537	10.690	10.079

14. DESPESA DE PESSOAL

	2º semestre		Exercícios	
	2017	2017	2016	2016
Remuneração	—	(449)	(914)	(746)
Encargos	—	(121)	(264)	(221)
Benefícios	—	(379)	(559)	(303)
Treinamento	—	(29)	(57)	(58)
Outras provisões	—	(14)	(24)	(99)
Total	—	(992)	(1.818)	(1.427)

15. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre		Exercícios	
	2017	2017	2016	2016
Despesas com serviços de terceiros (a)	(4.243)	(7.794)	(5.996)	(7.719)
Comissões e prêmios (b)	(4.433)	(7.722)	(7.719)	(7.719)
Despesas de serviços técnicos especializados (c)	(1.236)	(2.397)	(2.781)	(2.781)
Despesas de serviços do sistema financeiro (d)	(417)	(874)	(904)	(904)
Despesas de processamentos de dados	(509)	(998)	(712)	(712)
Despesas de alugueis	(68)	(133)	(132)	(132)
Despesas de comunicação	(129)	(256)	(267)	(267)
Despesas de propaganda e publicidade	(20)	(22)	(75)	(75)
Despesas com depreciação e amortização	(137)	(240)	(195)	(195)
Despesas de transporte	(54)	(131)	(100)	(100)
Acordos e ações judiciais	(209)	(351)	(536)	(536)
Provisão passivos contingentes	(216)	(645)	(438)	(438)
Outras	(502)	(904)	(58)	(58)
Total	(12.173)	(22.467)	(19.913)	(19.913)

A DIRETORIA

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Financeira")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Financeira, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Representação das demonstrações contábeis

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo representadas pela **Instituição** como previsto no CPC 23 (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro) em decorrência da baixa das despesas antecipadas.

(a) Referem-se principalmente a despesas com partes relacionadas de R\$ 5.750 em 2017 (R\$ 4.358 em 2016), respectivamente (vide nota 17 - Transações com partes relacionadas); (b) Referem-se principalmente a despesas com comissões pagas a Correspondentes no país; (c) Referem-se principalmente a despesas com serviços de gravames; (d) Referem-se principalmente a despesas bancárias.

16. DESPESA TRIBUTÁRIAS

	2º semestre		Exercícios	
	2017	2017	2016	2016
Despesa com PIS	—	(177)	(322)	(280)
Despesa com COFINS	(1.088)	(1.979)	(1.722)	(1.722)
Despesa com ISS	(334)	(545)	(504)	(504)
Outras	(4)	(9)	(17)	(17)
Total	(1.603)	(2.855)	(2.523)	(2.523)

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos decorrentes de operações com partes relacionadas, cujos controladores são os acionistas do Grupo Santana estão demonstrados a seguir:

a. Saldos com sociedades ligadas

	2017			
	Shopcred Promotora de Vendas Ltda.	Santana Factoring Fomento Comercial Ltda.	CJJ Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Plural Assessoria de Serviços Cadastrais Ltda.
Passivo	—	829	787	37
Recursos de aceites cambiais	—	829	787	—
Obrigações por títulos cambiais	—	829	787	—
Outras obrigações	—	—	—	37
Diversos	—	—	—	37
Despesas	(3.246)	(121)	(25)	(2.504)
Despesas com captação	—	(121)	—	—
Despesas de aceites cambiais	—	(121)	(25)	—
Despesas administrativas	(3.246)	—	(95)	(2.504)
Despesa de aluguel	—	—	(95)	—
Despesas com prestação de serviços	(3.246)	—	—	(2.504)

	2016			
	Shopcred Promotora de Vendas Ltda.	Santana Factoring Fomento Comercial Ltda.	CJJ Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Plural Assessoria de Serviços Cadastrais Ltda.
Passivo	—	764	—	37
Recursos de aceites cambiais	—	764	—	—
Obrigações por títulos cambiais	—	764	—	—
Outras obrigações	—	—	—	37
Diversos	—	—	—	37
Despesas	(4.178)	(164)	(27)	(180)
Despesas com captação	—	(164)	—	—
Despesas de aceites cambiais	—	(164)	—	—
Despesas administrativas	(4.178)	—	(27)	(180)
Despesa de aluguel	—	—	(27)	—
Despesas com prestação de serviços	(4.178)	—	—	(180)

b. Saldos com partes relacionadas: Os saldos com partes relacionadas, relativos à captação de recursos constantes nas rubricas de recursos de aceites cambiais totalizam R\$ 24.159 (R\$ 24.803 em 2016), e são remunerados a uma taxa que varia entre 118% a 125% do CDI e 16,50% pré-fixada, de acordo com o prazo da aplicação. **c. Remuneração dos empregados e administradores:** Em atendimento a Resolução CMN 3.750/09 e o Pronunciamento Técnico - CPC 05 Divulgação de Partes Relacionadas, a Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento definiu como pessoal-chave os membros da Diretoria. O montante global anual da remuneração da diretoria é distribuído conforme determina o Estatuto Social e definido em Assembleia Geral. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o montante total pago aos Diretores foi de R\$ 263 (R\$ 263 em 2016). A Instituição não concede planos de benefício pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, outros benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para a diretoria e a Administração.

Outros assuntos

Auditoria correspondente ao exercício anterior

As demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, com relatório datado de 08 de fevereiro de 2017, sem modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança e administração da Financeira são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e

18. INDICADORES DE RISCO

(Basileia) e limites operacionais:

Basileia III - Indicadores de Risco

Patrimônio de Referência

Patrimônio de Referência - Nível I

Capital Principal - CP

Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA - (Nível I) - (a)

RWAopad - Risco de crédito

RWAopad - Risco de mercado

RWAopad - Risco Operacional

Ativos Ponderados por Risco (RWA)

PR Mínimo requerido para o RWA (b)

Margem Sobre o Patrimônio de Referência (a-b)

Adicional de Conservação de Capital Principal

Adicional de Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA - (c)

Margem para Verificação do Adicional de Capital Principal - (d)

Margem Sobre o Adicional de Capital Principal (d-c)

Índice Basileia

A partir de 1º de outubro de 2013, através da Resolução nºs 4.192 e 4.193 do CMN, implantou-se nova metodologia de apuração de 11% do RWA (Risk Weight Asset) com base no Patrimônio de Referência. **19. Outros informações: a. Estrutura de**

Gerenciamento de Risco Operacional, Mercado e Crédito: Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são risco de crédito, de mercado e de liquidez, os quais estão definidos a seguir:

- **Risco de crédito:** possibilidade de ocorrência de perdas para a Instituição, associadas ao não cumprimento pela contraparte de empréstimo ou operação financeira, de suas obrigações nos termos pactuados;
- **Risco de mercado:** relacionado às flutuações de preços e taxas, ou seja, às oscilações de mercados de taxas de juros dentro do país, que geram reflexos nos preços dos ativos e passivos negociados nos mercados;
- **Risco de liquidez:** relacionado ao descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira da Instituição, em obter recursos para honrar seus compromissos.

Gerenciamento do Risco operacional: Risco operacional é definido pela possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros, decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição. A estrutura de gerenciamento do Risco operacional implantada permite identificar, monitorar, mensurar e comunicar riscos operacionais. Os principais componentes da estrutura de gerenciamento de risco operacional incluem a formalização dos eventos incorridos em ambiente sistêmico isolado (e-gov), auto-avaliação e reavaliação de controles e os indicadores dos processos relevantes, que asseguram a comunicação efetiva dos eventos de controle e suas ações corretivas à alta administração.

Estrutura de Gerenciamento de Risco de Capital: De acordo com a Resolução nº 3.988/2011 do Conselho Monetário Nacional, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de: Monitoramento e controle de capital mantido pela Instituição; Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita; Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. A estrutura de Gerenciamento de Capital deverá auxiliar a Administração com informações consistentes que forneçam uma visão detalhada dos perfis de risco da Instituição e do Capital requerido para fazer frente a cada tipo de risco, apresentar alternativas para mitigar desvios, manter a Administração atualizada sobre a regulamentação vigente. A responsabilidade da Administração abrange ainda necessidade de revisão anual e aprovação das premissas da Estrutura de Gerenciamento de Capital. O gerenciamento desses riscos é efetuado por meio de controles que permitem o acompanhamento diário das operações quanto às diretrizes e limites estabelecidos pela Administração, sendo que não estão previstas em suas políticas operações que não objetivem "hedge" de suas posições ativas e passivas. As informações estão disponíveis no site: www.santanafinanceira.com.br. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Instituição considerou como aceitável a exposição dos riscos e não contratou operações com instrumentos financeiros derivativos.

b. Valores em garantia: As garantias prestadas por clientes somam R\$ 292.903 (R\$ 270.057 em 2016). **c. Remuneração de Correspondentes no país:** A Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento a partir de 02/01/2015 passou a aplicar os procedimentos para contabilização da remuneração de correspondentes no país estabelecidos pela Circular nº 3.693, de 20/11/2013 e Circular nº 3.738, de 11/12/2014, ambas editadas pelo Banco Central do Brasil. **d. Perdas no Recebimento de Créditos:** A Lei nº 13.097/2015, publicada em 20/01/2015, resultante da conversão, MP nº 656/2014, promoveu diversas alterações na legislação tributária federal, das quais se destacam a alteração do Artigo 9º da Lei nº 9.430/96, que altera as regras de dedução fiscal das perdas nos recebimentos de créditos para os contratos inadimplidos a partir de 08/10/2014. Permanecem inalteradas as regras para os créditos vencidos anteriormente a esta data.

e. Outros serviços prestados pelos auditores independentes: Informamos que a Administração, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não contratou serviços da BDO RCS Auditores Independentes relacionados a Financeira, além dos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deva auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover seus interesses.

Gilberto Veiga de Novais - Contador CRC 1SP206578/0-7

executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2018



BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2 SP 013846/0-1

Paulo Sergio Barbosa

Contador CRC 1 SP 120359/0-8